

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.071 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2000

Senado vota hoje projeto que impõe mais austeridade na gestão pública

A proposta da chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, já aprovada na Câmara dos Deputados, será apreciada agora pelos senadores. O texto institui novos mecanismos de controle do endividamento

CAE

PROPOSTA EXCLUI BB, CEF E PETROBRAS DAS PRIVATIZAÇÕES

PÁGINA 4



Projeto de Álvaro Dias teve parecer favorável aprovado pela CCJ

O Plenário do Senado vota hoje o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que institui normas de austeridade e transparência na gestão das finanças públicas. De iniciativa do Executivo, a proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, estabelece novos

mecanismos de controle do endividamento público e fixa normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado. Determina, ainda, a publicação de demonstrativos e relatórios sobre a execução orçamentária.

PÁGINA 3

CCJ



Jorge Bornhausen, autor de um dos dois projetos em debate hoje

ESPECIALISTAS DEBATEM NORMAS DE PROTEÇÃO AO SIGILO DA INFORMAÇÃO

PÁGINA 3

GOVERNAR COM AUSTERIDADE

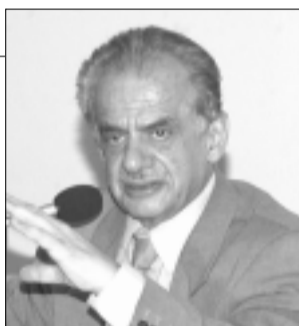
O administrador público não poderá:

- Dar aumento salarial aos servidores nos seis meses anteriores ao final de mandato
- Iniciar obras que não possam ser concluídas até o final do mandato nos oito meses anteriores às eleições
- Assinar contratos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em anos eleitorais
- Conceder ou ampliar incentivo fiscal sem estudo obrigatório do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos seguintes

CE

CONCESSÕES DE EMISSORAS DE RÁDIO E TV PODEM GANHAR NOVAS REGRAS

PÁGINA 4



Proposta de Pedro Simon recebeu substitutivo de Luzia Toledo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem alunos e professores do Centro Educacional Manoel Joaquim dos Santos, da cidade de Serra Dourada (BA), vencedor de um concurso nacional sobre os 500 anos do descobrimento do Brasil. *Página 2*

Comissão aprecia parecer do salário mínimo hoje à noite

Comissão mista que analisa a MP reúne-se hoje à noite para votar o relatório do deputado Armando Monteiro. Antes, às 16h, ouve o ministro do Planejamento, Martus Tavares, em audiência pública.

PÁGINA 2



Comissão vota parecer sobre mínimo hoje à noite

Informação é do senador Iris Rezende, que não vê qualquer inconveniente caso o Congresso decida apreciar a MP amanhã

O presidente da comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151, senador Iris Rezende (PMDB-GO), informou que o parecer do relator, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), será votado hoje à noite. A explanação do ministro do Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares, sobre salário mínimo e capacidade do Tesouro de bancar um aumento superior a R\$ 151, foi transferida pela comissão das 10h para as 16h de hoje.

Iris Rezende disse que, votando o parecer do relator, "já na quarta-feira



Iris Rezende confirma depoimento de Tavares para as 16h de hoje

(amanhã) o Congresso poderá votar a medida provisória, se esse for o entendimento entre as lideranças partidárias e o presidente do Congresso". O senador não vê qualquer inconveniente se as lideranças decidirem votar a MP do mínimo na sessão do Congresso de amanhã, às 19h, convocada para apreciar o Orçamento da União deste ano.

A medida provisória do novo salário mínimo terá de ser votada até o dia 22 deste mês, ou será reeditada pelo presidente da República. Os partidos de oposição defendem que o Congresso vote com rapidez o documento, para "evi-

tar que o assunto esfrie", conforme a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

O relator, Armando Monteiro, dará parecer sobre o conteúdo da MP e de 31 emendas apresentadas pelos parlamentares. Entre elas, encontra-se uma do PFL, assinada pelos senadores Paulo Souto (BA) e José Jorge (PE), que propõe a elevação do mínimo para R\$ 177 em 1º de janeiro do próximo ano.

Parte das emendas dos parlamentares visa aumentar o salário mínimo em percentual acima do previsto na medida provisória. Existem também emendas que elevam imediatamente o mínimo para R\$ 180, para R\$ 216,68, para R\$ 224,68, para R\$ 195,50 e para R\$ 200 (em 1º de maio). Outras emendas prevêm reajuste do salário mínimo a cada seis meses, acompanhado de aumento real de 5% no período.

ACM quer marcar votação de medida provisória

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que só poderá evitar a obstrução da votação do Orçamento se for marcada data para apreciar a medida provisória que estabelece o valor do salário mínimo.

— A oposição tem a tese de obstruir o Orçamento. Eu tenho que evitar isso, mas preciso dizer a eles quando será votada a medida do salário mínimo. Não é possível que o governo exija o

não cumprimento de prazos — afirmou.

Antonio Carlos pretende conversar com as lideranças partidárias para marcar a data da votação do mínimo. A votação do Orçamento já está fixada para amanhã.

— O líder do governo pode não dar número para a sessão que eu marcar. Não estou certo de não marcar, nem de marcar. Mas, enquanto o líder do governo não disser quando será vota-

do do salário mínimo, eu também não voto as outras coisas — disse.

O senador afirmou que mantém sua posição sobre a fixação do mínimo, que é a mesma de seu partido, o PFL.

— O PFL já tem decisão sobre o assunto, que o presidente (Jorge) Bornhausen já comunicou ao presidente Fernando Henrique, e eu vou seguir essa decisão, a favor de R\$ 177 agora, ou então em janeiro — concluiu.

Estudantes de Serra Dourada vêm ao Senado

Um grupo de estudantes do Centro Educacional Manoel Joaquim dos Santos, de Serra Dourada (BA), vencedor de concurso sobre os 500 anos do descobrimento do Brasil, foi recebido ontem à tarde pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Os alunos estavam acompanhados pelo prefeito de Serra Dourada, Jovino Teixeira de Oliveira, pela secretária de Educação, Cleonice Pereira de Castro, e pelo diretor da escola, José Rodrigues.



Antonio Carlos recebe estudantes de Serra Dourada, acompanhados do diretor da escola, do secretário de Educação e do prefeito



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

Brasil 500



PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Diversas matérias, entre as quais Requerimento nº 168/2000, do senador Roberto Freire, solicitando o encaminhamento ao procurador-geral da República e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da documentação apresentada ao Plenário, bem como as notas taquigráficas da sessão deliberativa ordinária de 5/4/2000, que dizem respeito às denúncias recíprocas levadas a efeito pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho; PLC nº 4/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; segundo dia de discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99, altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PR nº 23/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 4,6 milhões de euros junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW); PR nº 24/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 3,1 milhões de euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW); Requerimentos nº 113, do senador Arlindo Porto, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 10/98, com os PLSs nºs 287 e 569, de 1999, por regularem a mesma matéria; 127/2000, da senadora Emília Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 109/99 seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e 129/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 252/97 e 254/99.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Diversas matérias, entre as quais PLS nº 242/99, que dá nova redação ao inciso II do artigo 151 do Código Tributário Nacional; PLS nº 455/99, altera dispositivos da Lei nº 7.713/88, e da Lei nº 9.250/95, que dispõem sobre Imposto sobre a Renda; PLS nº 676/99, altera a Lei nº 9.496/97, modificando o índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais; PLS nº 405/99, que altera o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; PLS nº 128/99, dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência; PLS nº 263/99, que altera dispositivos da Lei nº 9.491/97, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização; e PLS nº 396/99, que destina as importâncias não pagas dos prêmios de qualquer modalidade de concurso de prognósticos autorizado pelo poder público aos municípios atingidos por desastres climáticos ou ecológicos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

16h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo

Pauta: audiência pública com o ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão, Martus Tavares. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Diversas matérias, entre as quais PLS nº 577/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental noções de turismo; PLS nº 636/99, que obriga a comprovação de sanidade mental como requisito para colocação de grau em cursos de graduação e de formação profissional em área de saúde; PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; e Emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para explorar serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.011-6 (Bingos), que altera dispositivo da Lei nº 9.615/98.

Pauta: Discussão do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 72/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Arthur Vivacqua Corrêa Meyer, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Guiné-Bissau; PDL nº 38/2000, aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países; PDL nº 42/2000, aprova o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção; PDL nº 43/2000, aprova o texto da convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (sigilo bancário); e PDL nº 46/2000, aprova o texto da convenção sobre cooperação na área de proteção da saúde animal, celebrado entre os governos do Brasil e da Rússia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Audiência Pública com a presença dos presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Carlos Frederico Santos; da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Jaime Chemello; da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), José Chamilete; da Federação Nacional de Jornalistas Profissionais (Fenaj), Elisabeth Vilela da Costa; da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Paulo Cabral; da Confederação Nacional do Ministério Público, Marfan Martins Vieira; da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF), Joaquim José Safe Carneiro; da Associação dos Delegados de Polícia do DF, Mário André Carvalho Machado; da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Fernando da Costa Taurinho Neto; e o Assessor Jurídico da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Alexandre Jobim.

Pauta: PLC nº 65/99, que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65 (regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade), em tramitação conjunta com o PLS nº 536/99. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário decide sobre Lei de Responsabilidade Fiscal

Objetivo principal do projeto é controlar o endividamento público, instituindo normas de austeridade para as finanças públicas, inclusive para evitar abusos nos períodos de campanha eleitoral

O Senado vota hoje o projeto do governo que institui normas para que as finanças públicas sejam geridas com austeridade – a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto institui novos mecanismos de controle do endividamento público e fixa normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado.

Estabelece também a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos e relatórios sobre a execução das finanças públicas, além de coibir a criação de encargos para o Estado. O projeto impõe limites de comprometimento orçamentário para pagamento de pessoal, proibindo despesas extras em anos eleitorais, entre elas a contratação de pessoal (veja o quadro ao lado).

Também hoje, o Plenário delibera sobre requerimento em que o senador Roberto Freire (PPS-PE) solicita sejam encaminhados ao procurador-geral da República e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado os documentos e notas taquigráficas sobre as acusações trocadas entre o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA).

A proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento



Plenário aprecia requerimento de Roberto Freire sobre polêmica envolvendo ACM e Jader

de precatórios (dívidas do poder público em decorrência de sentenças judiciais e que vêm sendo pagas mediante a emissão de títulos mobiliários) terá seu segundo dia de discussão em segundo turno.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre autorizações para que o governo brasileiro contrate empréstimos externos junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defende a autorização de endividamento. Nesta sessão, também serão votadas as renovações de três emissoras de rádio.

Maguito apresenta parecer sobre bingos na reunião de amanhã

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da comissão mista que analisa medida provisória que institui taxa para o funcionamento dos bingos, confirmou ontem que apresentará seu parecer na reunião de amanhã, às 14h30. O parlamentar adiantou que o relatório vai refletir o pensamento da maioria dos integrantes da comissão, e não a sua “vontade pessoal”.

A MP, que já se encontra na sua sexta reedição, cria uma taxa de R\$ 6 mil para os bingos permanentes e de R\$ 4 mil para os eventuais. A proposta altera também dispositivos da Lei Pelé, entre eles o que proíbe as empresas patrocinadoras de controlar mais de um clube de futebol.

Várias personalidade ligadas ao esporte estiveram depondo na



Maguito: parecer deverá refletir pensamento da maioria, e não a sua opinião pessoal

comissão, entre elas o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, o ex-jogador Zico, e o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, além de presidentes de federações de futebol de vários estados brasileiros.

O QUE DIZ O PROJETO

- Proíbe reajustes salariais seis meses antes do final de mandato.
- Despesas continuadas (superiores a dois anos) só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas
- Para garantir o limite de gastos com pessoal (60% das receitas para estados e municípios e 50% de receitas para a União), devem ser tomadas providências quando a folha se aproximar do limite, como cortar horas-extras, não fazer contratações de pessoal e nem conceder aumento de salário
- Nos oito meses anteriores às eleições, não será permitido o início de obras que não possam ser concluídas até o final do mandato
- Prefeitos e governadores serão proibidos de assinar contratos de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em anos eleitorais
- Prefeitos, governadores e o presidente da República terão de fixar metas fiscais para os três anos seguintes
- A lei orçamentária anual buscará o superávit primário das contas públicas (excluídos os gastos com juros), de modo a reduzir o endividamento e o pagamento de juros
- Qualquer concessão ou ampliação de incentivo fiscal será obrigatoriamente acompanhada do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos seguintes
- A cada dois meses, Executivo, Judiciário e Legislativo avaliarão o cumprimento das metas fiscais e, em casos de desvios, o Executivo poderá cortar gastos do Legislativo e do Judiciário se ambos não o fizerem por conta própria
- Os legislativos estaduais nunca poderão gastar mais que 3% das receitas do estado e, na área federal, o limite será de 2,5% (Senado, Câmara e TCU)
- Os judiciários contarão com 6% do orçamento. O Executivo municipal não poderá gastar mais que 54% de suas receitas, o estadual 49% e o federal 40,9%

CCJ promove audiência para discutir projetos sobre sigilo de Justiça

Dez especialistas da área jurídica e jornalística participam de audiência pública hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater a chamada “lei da mordada”. A reunião, solicitada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), está marcada para começar após a Ordem do Dia (17h) e servirá para instruir os senadores sobre dois projetos em tramitação na comissão.

Um dos projetos é de iniciativa da Presidência da República, já aprovado pela Câmara; o outro, é do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Ambos alteram dispositivos das leis que tratam do Direito de Representação e do Processo de Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade e das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.

O projeto de Bornhausen já havia sido aprovado pela CCJ por meio de parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA). Com a chegada de projeto semelhante do Executivo, foi pedida a tramitação conjunta das duas matérias, que voltam à comissão agora sob a relatoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Entre as mudanças sugeridas, a mais polêmica consiste na previsão de punição dos agentes públicos que revelem informação sigilosa da qual

tenham conhecimento em razão do cargo que ocupam. Daí a origem do nome “lei da mordada”. O senador Bornhausen baseou-se no artigo constitucional que garante o direito à vida privada e aos sigilos protegidos pela Lei Fundamental para elaborar a proposta.

Neste aspecto, o autor pretende restringir, principalmente, a ação de integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos tribunais de Contas que forneçam dados constantes dos processos judiciais sob suas competências.



Bornhausen, autor de uma das propostas, baseou-se em artigo da Constituição

Outra intenção do projeto, segundo detalhou Bornhausen na justificativa, é punir as condutas de fiscais federais, estaduais e municipais que utilizam expedientes menores para obter vantagens pessoais:

– Muito embora a jurisprudência dos melhores tribunais pátrios tenha andado a passos largos para acomodar seus julgados em ponto

ideal entre a dicção da lei e as prescrições constitucionais, vê-se que há, ainda, áreas onde a conduta abusiva do agente público está latente, quando não efetiva – opina o senador.

PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA

- Carlos Frederico Santos (Associação Nacional dos Procuradores da República)
- Dom Jaime Chemello (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
- Alexandre Jobim (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão)
- José Chamilete (Associação Brasileira de Imprensa)
- Elisabeth da Costa (Federação Nacional de Jornalistas Profissionais)
- Paulo Cabral (Associação Nacional de Jornais)
- Marfan Vieira (Confederação Nacional do Ministério Público)
- Joaquim José Safe Carneiro (Ordem dos Advogados do Brasil do DF)
- Mário André Machado (Associação dos Delegados de Polícia do DF)
- Fernando Tourinho Neto (Associação dos Juizes Federais do Brasil)

CAE analisa proibição da venda da CEF, da Petrobras e do BB

Projeto do senador Álvaro Dias exige que as três instituições permaneçam sob o controle acionário do governo federal

Com parecer favorável já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje, em caráter terminativo, o projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a Petrobras do alcance do Programa Nacional de Desestatização. A proposta tem apoio do relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

O projeto de Álvaro Dias também proíbe a venda de ações da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF) que excedam o mínimo necessário à manutenção do controle acionário da União. "A alienação de grande volume das ações de propriedade do Estado acarretaria grande depreciação, com conseqüências muito negativas sobre o patrimônio nacional", pondera Saturnino.

O autor da proposta argumenta que a lei de 1997, que instituiu a política energética nacional, derruba o argumento do governo de que o Estado não tem condições de financiar a expansão e modernização do setor, pois prevê a associação da Petrobras com outras empresas. "O povo não aceita a privatização da Petrobras. Não se pode aceitar que a empresa seja objeto de uma privatização camuflada", afirma Álvaro Dias.

Na reunião, que se realizará a partir



Relator da matéria, Roberto Saturnino se manifestou em favor da sua aprovação

das 10h, também será analisado em caráter terminativo projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que substitui o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como índice de atualização monetária dos contratos de refinanciamentos das dívidas estaduais. Osmar diz que os encargos financeiros dos estados são "inflados" pelo índice atual, aumentando a carência de recursos que eles hoje enfrentam.

— O governo adota o IPCA para o cálculo da meta inflacionária e nas negociações externas. Nada mais lógico do que proceder assim internamente —

afirma o relator, Roberto Saturnino, favorável à matéria.

Outros dois projetos podem ter a tramitação encerrada na CAE caso sejam aprovados. O primeiro, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), permite que a agricultura irrigada em pequenas e médias propriedades rurais tenha prioridade na concessão de tarifas de luz subsidiadas. Com parecer favorável do senador Freitas Neto (PFL-PI), a matéria tem voto em separado do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), ampliando o benefício a todos os produtores rurais. O outro é o projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA), que pretende destinar os prêmios não reclamados de loterias da CEF aos municípios atingidos por calamidades climáticas ou ecológicas e tem também parecer favorável.

A CAE analisa ainda vários pedidos de empréstimos. Um deles beneficia a prefeitura de Santos, que quer investir R\$ 12 milhões da Caixa Econômica Federal no Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal. A União pede autorização para contratar empréstimo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau, no valor de 548 mil euros, para modernização de hospitais universitários, e US\$ 185 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para profissionalização da enfermagem.

Lobão propõe maior isenção de IR para aposentados

Dos 14 itens da pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seis tratam de alterações no sistema de arrecadação de impostos. É o caso do projeto de lei do senador Edison Lobão, que acaba com a obrigatoriedade de apresentação de declaração de ajuste anual do Imposto de Renda (IR) para quem tem apenas o salário ou o benefício previdenciário como fonte de renda.

— A dispensa de declaração anual, além de representar a diminuição de angústias e de custos para milhões de contribuintes humildes, representará também diminuição de custos para a administração tributária, o que, provavelmente, compensará sobejamente a eventual perda de arrecadação — justifica Lobão.

O projeto, que tem parecer favorável do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e tramitação terminativa na CAE, também beneficia os aposentados acima de 65 anos, ao duplicar o atual limite de isenção do Imposto de Renda (R\$ 900) a que têm direito. Para Lobão, o valor fixado, embora adequado na época, revela-se insuficiente para proporcionar vida digna ao trabalhador idoso.

Também depende de aprovação da CAE o projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) estabelecendo que



Projeto de Lobão também beneficia quem tem apenas o salário como fonte de renda

produtos classificados pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente como "indutores de violência" sejam alvo de alíquota máxima de IPI e ICMS.

— O projeto contribuirá para reduzir a produção e comercialização de produtos incitadores de violência — diz o relator, José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Diminuir a sonegação é o objetivo do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), autor do projeto de lei, terminativo na CAE, que revoga o dispositivo da legislação tributária federal que impede a Receita de enviar ao Ministério Público representação fiscal para fins penais antes de

concluído o processo na esfera administrativa. Ele argumenta que isso permite protelar a discussão do débito e, em geral, inviabilizar o processo criminal.

Os membros da CAE também analisam o projeto de lei complementar do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que retira do Código Tributário Nacional a obrigatoriedade do depósito do valor integral dos débitos tributários com a Receita no caso de ação judicial. A proposta tem parecer favorável do senador Paulo Souto (PFL-BA), que apresentou substitutivo eliminando, no caso de reclamações ou recursos, a cobrança de depósito ou fiança no valor de, no mínimo, 30% da cobrança fiscal decidida na instância anterior.

REJEIÇÃO

Dois projetos a serem examinados têm parecer contrário dos relatores. Bello Parga (PFL-MA) sugere a rejeição do projeto de Roberto Saturnino, que permite a dedução do Imposto de Renda de investimentos feitos por pessoas físicas e jurídicas em fundos mútuos de empresas emergentes. Luiz Otávio (Sem partido-PA) sugere a rejeição do projeto de Luiz Estevão que permite que profissionais liberais, como médicos e arquitetos, com receita anual inferior a R\$ 120 mil, possam optar pelo Simples.

CE discute regulamentação das concessões de rádio e TV

Substitutivo da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de rádio e televisão será apreciado hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE). A proposta inclui a regulamentação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição, e a criação dos respectivos conselhos regionais.

O parecer da relatora incorpora emenda do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) por meio da qual o líder do governo no Senado pretende suprimir os critérios propostos por Simon para evitar a formação de monopólio e oligopólio no controle dos meios de comunicação social.

Pedro Simon assume a defesa dos princípios constitucionais que proíbem as concessões ou permissões em favor de "entidade ou grupo controlador que, direta ou indiretamente, já detenham uma ou mais concessões ou permissões de emissora de mesmo tipo e frequência na mesma comunidade em que estiver pretendendo explorar o serviço". Já Arruda considera a questão por outro ângulo:

— São raras as emissoras de rádio e TV que, no Brasil, não pertencem a grupos que controlam, igualmente, jornais diários. Os mesmos grupos também controlam várias emissoras de rádio em cada cidade importante no país. A defesa da democracia desses meios de comunicação, portanto, só sobrevive num ambiente de livre concorrência, de merca-



Pedro Simon quer restringir as concessões em favor de quem já tem emissoras de rádio ou TV

do aberto, onde os mais capazes se destacam — argumenta o senador Arruda.

Conforme o senador Pedro Simon, o objetivo do seu projeto é a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização das empresas concessionárias de meios de comunicação social com a participação da própria sociedade.

Ninguém desconhece a força de penetração exercida pela mídia na sociedade brasileira, ressaltava Simon. Em sua justificativa, ele cita que alguns estudiosos chegam a considerar os meios de comunicação como verdadeiras matrizes dos valores sociais, superando nessa função a própria família, a escola, a Igreja e ainda os partidos políticos.

A pauta da reunião da CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), inclui mais 13 itens. Estão entre eles nove projetos de decreto legislativo solicitando renovação de autorização para funcionamento de rádios, sete das quais localizadas em São Paulo.

CRE sabatina hoje diplomata indicado para a Guiné-Bissau

A indicação do diplomata Arthur Vivacqua Corrêa Meyer para o cargo de embaixador do Brasil na Guiné-Bissau será examinada hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator da mensagem em que o presidente da República faz a indicação é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).



Gilberto Mestrinho

A CRE também analisará projetos de decreto legislativo que aprovam os textos do acordo internacional entre o Brasil e o Peru na área de cooperação diplomática; da convenção interamericana contra a corrupção; e, ainda, da convenção sobre o combate à corrupção em transações comerciais internacionais praticadas por funcionários públicos estrangeiros.



Maldaner defende reformulação do programa hoje existente

Maldaner prega acesso a crédito para estudantes universitários

Criar mecanismos de financiamento compatíveis com a realidade do aluno universitário e que não se confundam com mera transação financeira. O apelo foi feito ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao ministro da Educação e ao presidente da República, quando analisava a situação de milhares de alunos universitários que pagam seus cursos com recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante (Fies) e enfrentam dificuldades para atender às exigências iniciais e, posteriormente, saldar suas dívidas.

Casildo Maldaner lembrou que os requisitos para obtenção do financiamento são tantos que, na primeira seleção ocorrida no ano passado, cerca de 20 mil vagas deixaram de ser preenchidas, apesar do grande número de pretendentes. "A situação foi tão chocante que o próprio Ministério da Educação reconheceu o exagero das exigências, alterando-as em alguns pontos", disse o senador.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), em aparte, lembrou que o governo federal destina apenas 3% dos recursos orçamentários à educação. Ela disse que essa questão poderia ser resolvida na própria discussão da lei orçamentária que está em tramitação no Congresso. Heloísa alertou para a ilegalidade que é qualquer universidade privada reter documentos, como currículo e diploma, dos alunos que estejam inadimplentes.

A legislação que rege o Fies, segundo Maldaner, precisa de urgente e profunda reformulação, sob pena de não poder ser utilizada. O senador defendeu a redução dos juros incidentes sobre o empréstimo, diferenciando este das operações comuns no mercado financeiro. Além disso, continuou, é necessário estabelecer após a formatura um prazo de carência razoável para que a dívida comece a ser saldada.

— Afinal, há um componente social nesse tipo de financiamento que não pode ser esquecido, sob pena de o Fies perder todo e qualquer sentido. Acredito que um programa de financiamento da educação superior somente se justifica se conseguir viabilizar o acesso e a permanência de estudantes carentes nos cursos pretendidos — afirmou o parlamentar.

Jucá pede solução definitiva para demarcação de terras em Roraima

Parlamentar encaminha ao presidente da República, ao ministro da Justiça e à Funai proposta que, segundo ele, possibilita encontrar uma "solução de paz" para preservar áreas indígenas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) enviou ao presidente da República, ao ministro da Justiça e à Funai uma proposta para a demarcação de terras indígenas no estado de Roraima. Ao comunicar ontem o fato ao Plenário, Jucá disse estar preocupado "não só com o processo de demarcação e a solução em si, mas principalmente com o dia seguinte, com a continuidade da relação entre índios e não-índios no estado e em especial nas áreas demarcadas".

Lembrando que algumas dessas ações foram iniciadas quando presidiu a Funai, Jucá propôs a discussão em bloco de todas as demarcações realizadas em Roraima, com "uma solução única e definitiva". Também pe-

diu que seja acolhida proposta da comunidade indígena de São Marcos/Pacaraima, que pretende a exclusão da sua área da zona urbana da sede do município de Pacaraima.

Outra demarcação solicitada pelo senador é a da área de Raposa Serra do Sol, com a exclusão de vilas e povoados estratégicos, assim como a manutenção de áreas imprescindíveis à produção agrícola, em especial à cultura do arroz. Ele informou que existem hoje



Romero Jucá: "Meu objetivo é buscar soluções que não penalizem ninguém"

na área fazendas produtivas que são extremamente importantes para a economia do estado.

Romero Jucá também propôs a disponibilização imediata de recursos para execução das indenizações já definidas, dentro de um processo justo de avaliação. Pediu ainda que sejam liberadas imediatamente as áreas das fazendas do antigo Banco Bamerindus, todas localizadas no município de Boa Vista, e

propôs a liberação pela União de novas áreas necessárias para abrigar famílias de produtores que, tendo direito, não sejam contempladas pela utilização das fazendas.

O senador disse ter encaminhado a proposta junto com vasta documentação sobre o tema. Em sua opinião, a demarcação das terras indígenas deve ser federal e precisa ser cumprida.

— Meu objetivo, ao buscar esse entendimento, não é procurar dividir a comunidade indígena. É buscar soluções que não penalizem ninguém. Não queremos culpados, queremos uma solução de paz — disse Jucá, que recebeu apartes dos senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Heloísa Helena (PT-AL).

Carlos Patrocínio reclama da demora na recepção de órgãos para transplantes

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao registrar a passagem do Dia Mundial da Saúde, comemorado dia 7, fez um apelo para que as autoridades da área tomem providências para reduzir a lista de espera para a recepção de órgãos. Segundo o senador, 22.814 pacientes estão hoje na lista de espera. Ele observou que, embora o número de transplantes tenha crescido em



Patrocínio informou que quase 23 mil brasileiros estão hoje na lista de espera

28% de 98 para 99, esse crescimento

ainda é insuficiente diante da demanda.

— Urge que sejam tomadas, em curto prazo, medidas para corrigir o excesso de burocracia, ampliar o número de vagas nos hospitais públicos e de hospitais públicos equipados para detectar a morte cerebral, possibilitando assim o crescimento de oferta de órgãos transplantados no país — afirmou.

Patrocínio citou denúncias da imprensa de que a lista única vem sendo "legal-

mente desrespeitada" devido à falta de vagas nos hospitais públicos e à obrigatoriedade de que o paciente só seja operado no hospital onde se cadastrou. Apesar de não existir uma estatística geral no país, Patrocínio disse que, somente no Hospital das Clínicas de São Paulo, a falta de vagas descartou 29 pessoas no dia 21 de julho do ano passado, data em que ele visitou a equipe responsável pelo cadastro do sistema paulista de transplantes.

Em apartes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Romero Jucá (PSDB-RR) defenderam uma campanha de esclarecimento sobre a necessidade de doação de órgãos e melhor aparelhamento dos hospitais.

Arruda quer suprimir do Código Civil inciso que permite anular casamento

Por considerar uma regra inconcebível, tendo em vista a atualidade dos tempos e a renovação dos costumes, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto que suprime o inciso IV do art. 219 do Código Civil Brasileiro, de 1916, que determina a anulação do casamento caso o defloramento da mulher, ocorrido antes das bodas, seja ignorado pelo marido.

O projeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ser examinado em caráter terminativo. Se aprovado, seguirá para a Câmara, a menos que haja recurso para que a matéria seja examinada pelo Plenário do Senado. Arru-

da afirma, na justificativa, que o artigo objeto de supressão vai de encontro à realidade social e contra o princípio da igualdade de direitos e obrigações de que trata a Constituição, que considera "todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza".

Na opinião do senador, o dispositivo é "discriminatório e ultrapassado", em completa desarmonia com a realidade do país e do mun-



Arruda: contra norma que pune a mulher que perdeu a virgindade antes do casamento

do, onde, a seu ver, a prática sexual não mais é agasalhada por tal rigidez.

— O inciso é exclusivamente pertinente à mulher, impondo-lhe sanção, sem correspondência alguma em relação ao cônjuge varão, já que nada há similar no Direito Positivo que venha a puni-lo, com anulação de casamento, caso já tenha tido relacionamento íntimo, anterior às bodas — diz o senador.

Gilvam elogia medidas que reduzirão valor do pedágio

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) aplaudiu a decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de não mais cobrar pela concessão de rodovias federais, como forma de baratear as tarifas de pedágio. Segundo o senador, vencerão as licitações as empresas que se dispuserem a prestar os serviços especificados cobrando a menor tarifa de pedágio. Gilvam disse que a medida já deverá constar dos editais das próximas licitações, que envolvem sete rodovias federais e somam 2,6 mil km.

Inicialmente, dois fatores eram levados em conta no julgamento das licitações: a maior proposta pela concessão e a cobrança da menor tarifa, relatou o senador. Agora, além de levar em conta apenas o segundo fator, o governo resolveu reduzir as tarifas de fiscalização cobradas das empresas responsáveis pela manutenção das estradas, também para reduzir o pedágio.

As concessões serão direcionadas exclusivamente à conservação das estradas, deixando sob a responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais as obras novas. "O pedágio será cobrado apenas nas regiões Sul e Sudeste, ficando a conservação das rodovias, nas demais regiões, a cargo do governo", informou o senador.



Gilvam: quem cobrar a menor tarifa vencerá licitações



Sérgio Machado prevê reaquecimento da economia e aumento na arrecadação de impostos

Machado: Refis é bom para as empresas e o governo

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) elogiou a aprovação, no dia 29, do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), que permite a negociação de dívidas de pessoas jurídicas junto à Receita Federal e ao INSS. Machado lembrou os momentos difíceis enfrentados pela economia brasileira no ano passado, que obrigaram o governo a tomar medidas drásticas para garantir a estabilização, como a intervenção no câmbio e elevação das taxas de juros.

— Muitas empresas, mesmo as que sempre honraram seus compromissos, em função destas distorções foram levadas a uma situação de inadimplência indesejada. As dívidas com os órgãos da União se acumularam. Se medidas urgentes não fossem tomadas, corria-se o risco de jogar fora o esforço de cinco anos por uma economia moderna — avaliou.

Na opinião de Sérgio Machado, a aprovação do Refis representa uma “vitória incontestável para o Nordeste e para a nação”, e garantiu que a sociedade será a maior beneficiada com a implementação do programa, uma vez que o reaquecimento da economia e o crescimento na arrecadação de impostos contribuirão para o aumento de empregos, distribuição de renda e melhoria de serviços públicos.

O parlamentar ressaltou que o governo federal também sairá lucrando com a adesão de empresas ao Refis, uma vez que o programa possibilita o recebimento de créditos da União, relativos a impostos e contribuições. Machado afirmou que estes créditos resultarão em maiores recursos para o Tesouro.

O programa permite que empresas saldem suas dívidas de acordo com suas reais possibilidades de faturamento. O prazo de adesão de empresas ao programa terminaria no dia 31 de março deste ano, mas foi prorrogado para o dia 30 de abril.

Maguito defende programa nacional para habitação

Autor da emenda que inclui a moradia entre os direitos sociais, senador apóia a proposta que prevê a construção de 2 milhões de casas populares

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a necessidade de um programa nacional de habitação para atender aos 12 milhões de brasileiros sem teto. O primeiro passo, ressaltou o senador, já foi dado com a aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) que inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros. Ele disse que o modelo pode ser o proposto pelo secretário de Políticas Urbanas, Ovídio de Ângelis, que pretende construir 2 milhões de casas populares no país, numa primeira etapa.

Para Maguito, é indispensável que os senadores apóiem a ampliação desse programa, que ele considera inovador. Segundo o senador, mantido o nível tradicional de investi-

mento no setor, o Brasil levará 25 anos para cobrir seu déficit habitacional, sem levar em conta o crescimento demográfico. “Sabendo que a taxa de 1,8% ao ano gera 2,7 milhões de novos brasileiros, chegamos à conclusão de que, do jeito que vai, o problema jamais será solucionado”, afirmou.

Maguito fez um relato dos programas de casa própria realizados pelo ex-governador Iris Rezende, de seu estado, que ganharam destaque nacional e espalharam-se pelo interior conseguindo adesão das prefeituras e diminuindo o déficit habitacional.



Maguito Vilela

— Novamente um goiano, Ovídio, nos aponta o caminho a seguir: a idéia é implantar um programa que contemple famílias com rendimento de até três salários mínimos através de uma ação direta do governo federal em parceria com estados e municípios. Se concretizado em sua totalidade, acabará com 70% do déficit habitacional do país — enfatizou.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) lembrou que as iniciativas do secretário Ovídio de Ângelis já obtiveram aceitação internacional, como é o caso do programa de melhoria de vida das favelas.

Amorim quer que sindicatos de jornalistas se manifestem sobre dossiês contra senadores

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem que está entrando com requerimento para que os recortes de jornais com denúncias contra os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) sejam remetidos aos sindicatos dos jornalistas para que as comissões de ética dessas instituições se manifestem sobre a pro-



Amorim: sindicatos devem apresentar fundamentos das denúncias

cedência das denúncias ali registradas. De acordo com o senador, a Casa não pode mais continuar a ser refém de manchetes de jornais.

A intenção do senador é de que os autores das reportagens se pronunciem nos sindicatos respectivos e estes, “avaliando os fatos, apresentem os fundamentos sobre o assunto”. Para o senador, o tema deve ser tratado

na esfera competente e não no Plenário do Senado Federal.

O senador disse que os procedimentos de apuração judicial são lentos e que muitas vezes o Senado perde tempo analisando notícias falsas, “problema já apontado pelo senador Pedro Simon na semana passada”.

Ernandes Amorim lembrou que, em 1995, também foi alvo de denúncias, feitas por lideranças do PSDB, baseadas em matérias jornalísticas, sendo que nada ficou comprovado. Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) se solidarizou com Amorim.

Luzia destaca a importância estratégica de portos capixabas

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) afirmou que a operacionalidade, a modernidade e a permanente consonância do sistema portuário são desafios a serem enfrentados pelo governo para garantir a competitividade da economia nacional. Na opinião da senadora, a atividade portuária representa um pólo indutor do desenvolvimento do país.

Luzia Toledo destacou a importância do complexo portuário capixaba, formado pelos portos de Vitória, Barra do Riacho, Praia Mole,

Tubarão, Ubu e Regência, que, segundo ela, apresentam vasta infraestrutura de transporte ferroviário, rodoviário e marítimo.

— Isso torna o complexo portuário do estado o mais importante do Hemisfério Sul, pois possui localização estratégica, próxima aos grandes centros urbanos, industriais e consumidores — disse.

Mercadorias que vão desde produtos primários até equipamentos industriais passam pelos portos do Espírito Santos, destacou a senado-



Luzia Toledo: 5 milhões de toneladas passaram pelos portos

ra. Segundo Luzia Toledo, o fluxo nestes portos superou, no ano passado, 5 milhões de toneladas.

— Trata-se de um complexo portuário de extensas possibilidades,

permitindo que a riqueza de meu estado e de diversos outros, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, possa fluir e conquistar os mercados internacionais — concluiu.



Ramez Tebet é a favor de ações articuladas entre União, estados e municípios

Tebet propõe ações para reduzir desigualdades

Projeto de lei complementar do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) regulamenta o inciso I do art. 43 da Constituição federal, estabelecendo condições para a integração das regiões brasileiras e uma estrutura institucional com vistas à execução de planos regionais de desenvolvimento. A matéria, que será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem como principal objetivo, segundo o senador, diminuir as desigualdades regionais.

Segundo o projeto, a União implementará ações articuladas com estados e municípios que deverão ser executadas em espaços regionais e sub-regionais, de acordo com os princípios de sustentabilidade do desenvolvimento, parceria com o setor privado, desenvolvimento de potencialidades locais e vantagens competitivas. O projeto determina ainda que essas ações levem em conta o crescimento do emprego e da renda de cada região, incentivos ao desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia, bem como a mobilização de recursos humanos e financeiros para a execução dos programas.

Ele propõe a elaboração de planos nacionais e a definição de prioridades, bem como recursos das políticas setoriais do governo federal. As medidas do projeto, completou o senador, visam ao desenvolvimento harmônico e desconcentrado dos espaços nacionais, a integração das regiões em desenvolvimento e a determinação de uma matriz institucional que suporte as ações de implementação do programa de desenvolvimento sustentável e equilibrado, englobando os órgãos, instrumentos e ações já existentes.

Porto prega na TV investimento em infra-estrutura e educação

O Brasil só alcançará um novo estágio de desenvolvimento se adotar medidas como a reforma tributária, investimentos em infra-estrutura e incentivos à educação e à formação profissional. A afirmação é do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que participou de entrevista que a TV Senado exibiu hoje às 3h30 e 7h30.

O senador sustenta que o desenvolvimento de um país tem que ser medido não só pelo valor do seu PIB, mas levando em conta as oportunidades de acesso da população aos bens que a economia moderna oferece. "Se você tem os produtos disponíveis no mercado mas o cidadão não tem condição financeira de adquiri-los, você não está tendo liberdade econômica", afirma.

LÍNGUA PORTUGUESA

O programa *Cidadania*, da TV Senado, aborda hoje o tema "Língua Por-



tuguesa e Cidadania". Os convidados do programa, que vão ao ar à 1h e às 6h30, são o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) e o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Rebelo fala sobre proposta de sua autoria que considera abusiva e danosa ao patrimônio cultural o emprego de palavras estrangeiras quando houver equivalente em português.

Távola aborda a influência da mídia na disseminação de expressões estrangeiras e faz um histórico sobre a expansão da língua inglesa no mundo. Ele cita o crescimento da indústria norte-americana e o consumo crescente de seus produtos, a partir da Segunda Guerra Mundial, e, posteriormente, o processo de globalização, como fatores que levaram a língua inglesa e o comportamento norte-americano a serem considerados como padrão.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h – *Cidadania*: O senador Artur da Távola e o deputado Aldo Rebelo falam sobre "Língua Portuguesa e soberania"
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – Seminário "Águas 2000"
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *TV Escola* – Deficiência mental 6: Vida adulta e cidadania
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil*: Turismo em Sergipe
9h30 – *Entrevista*: O senador José Alencar fala sobre a poluição ambiental
8h55 – *Senado em Pauta*
10h – Comissão Mista do Salário Mínimo (vivo): audiência pública com o ministro Martus Tavares
Logo após – Comissão de Educação
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
Logo após – Comissão mista que analisa os bingos

(gravado)

Logo após – Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

"Ecoterroristas" violam soberania, diz Mestrinho

Senador condena contatos que autoridades brasileiras estariam mantendo com ecologistas do *Amazon Guardian*

A presença, na Amazônia, de um grupo de "ecoterroristas a serviço de causas que não são as nossas" foi denunciada pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) como violação da soberania nacional. O grupo está num navio inglês, o *Amazon Guardian*, e autoridades do Ministério do Meio Ambiente (MMA) estariam se reunindo com os ecologistas estrangeiros para traçar as normas a serem obedecidas pelo ministério.

– A pretexto de defender a floresta, estão lá ditando normas e aplicando questionários – disse.

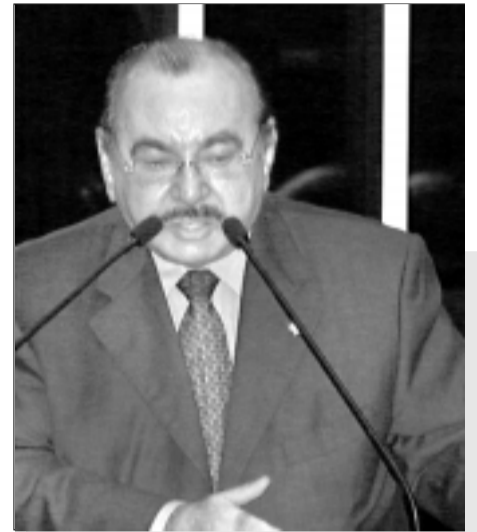
Para o senador, a Amazônia passou a ser moeda de troca: empréstimos internacionais para programas na região só seriam concedidos mediante a adoção de normas que impedem o desenvolvimento regional. Afirmando-se pioneiro nos temas do manejo florestal, exploração racional da floresta e demarcação de terras indígenas, Mestrinho descartou as normas propugnadas pelos estrangeiros porque elas ignoram "a soberania que o próprio MMA está pisando". Tanto a ação dos ecologistas como a do MMA, na opinião do senador, seguem um plano, o de esvaziar a Amazônia, engessar seu desenvol-

vimento e manter a população miserável.

– O que quero é que as autoridades do governo digam o que querem da Amazônia – finalizou.

Ao concordar que não há sentido em preservar a floresta e manter a população na miséria, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o desenvolvimento sustentado como forma de "usufruir sem destruir". Ele citou o caso do rio Paraguai, cuja navegabilidade continua sendo rudimentar e que poderia ser bastante melhorada, com vantagens para a economia do Centro-Oeste. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou o fato de Mestrinho mostrar que, assim como os problemas, também as soluções para a Amazônia cabem ao país e não a "órgãos alienígenas". O senador Romero Jucá (PSDB-RR), por sua vez, considerou que falta à região um projeto harmônico de desenvolvimento sustentado, que defina o que o país quer da Amazônia.

Já o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) comentou que o de-



Gilberto Mestrinho denuncia que a Amazônia está virando moeda de troca na negociação de empréstimos internacionais

envolvimento regional implica mudar a matriz de transportes dominante no país, basicamente rodoviária, em prol da modalidade hidroviária. A seu ver, sob a capa da preservação do meio ambiente escondem-se "interesses inconfessáveis", que pretendem evitar "a concorrência efetiva que poderemos exercer aproveitando o potencial do país". O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também avaliou como "absurdo" não desenvolver o transporte hidroviário.

Álvaro Dias cobra atenção do governo para a construção civil

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu que o governo se sensibilize com as dificuldades enfrentadas pela indústria da construção civil e tome iniciativas para o seu crescimento. O parlamentar levou ao Plenário uma série de reivindicações do Sindicato da Construção Civil do Paraná (Sinduscon), para que o país adote uma política de financiamento habitacional capaz de estimular o setor e ampliar o número de habitações.

Lembrando que a cadeia produtiva do setor de construção representa cerca de 15% do Produto Interno Bruto e responde por aproximadamente 65% do investimento bruto brasileiro, o parlamentar afirmou que este é o maior empregador do setor industrial. Disse também que a



Álvaro Dias observou que a construção civil é a atividade que mais emprega no setor industrial brasileiro

contribuição desse setor para a reativação da economia tem reflexos sociais na oferta de habitação, cujo déficit nacional já chega a 5,2 mi-

lhões de unidades.

O senador informou que a construção civil tem um investimento bruto anual superior a US\$ 115 bilhões e emprega cerca de 13,5 milhões de pessoas, sendo que para cada 100 empregos diretos gera outros 285 indiretos. Apesar do potencial imenso, lastimou, essa indústria se depara com dificuldades que prejudicam seu desenvolvimento, impedem sua expansão e atrapalham a contribuição que poderia dar para a redução do chamado Custo Brasil. Embora reconhecendo que o déficit habitacional no Brasil não tenha apresentado crescimento excessivo nos últimos anos, Álvaro Dias sustentou que há uma disparidade significativa nas regiões metropolitanas, variando de 7,5% em Porto Alegre a 20,6% em Belém.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Pontes propõe que fundos divulguem demonstrativos pela Internet



Luiz Pontes prevê mais eficiência nas aplicações

Disponibilizar na Internet as demonstrações contábeis dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste é o que propõe o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) em projeto de lei que tramita em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. Segundo o projeto, além da contabilidade os fundos também divulgariam relatórios sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Pontes explica que o acesso à informação contribui para melhor aplicação dos recursos e que a proposta foi inspirada no Banco do Nordeste, que já divulga demonstrações pela Internet.

— Em linha com os princípios de legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, basta o comunicado de que as informações estão disponíveis para que se iniciem os procedimentos de fiscalização e controle do Congresso Nacional — assinalou.

Iris condena divulgação de denúncias infundadas

Senador protesta contra inclusão indevida de seu nome em processo contra autoridades públicas por sonegação fiscal e evasão de divisas

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) protestou contra o envolvimento do seu nome em processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) contra autoridades públicas por sonegação fiscal e evasão de divisas através das contas CC-5. Iris fez um longo relato sobre o episódio, afirmando que a página do STF na Internet chegou a citar seis autoridades como envolvidas no processo, inclusive ele próprio, durante o período em que foi ministro da Justiça. “Posteriormente, o ministro Celso de Mello reconheceu não haver indícios para justificar a inclusão das autoridades na autuação”, salientou.

Para o senador, é imperioso que o Ministério Público e o Poder Judiciário tomem mais cuidado com a divulgação de processos que citam nomes de políticos e autoridades para impedir injustiças e julgamentos precipitados por parte da imprensa e da opinião pública, sob



Iris Rezende quer mais cuidado na divulgação de processos para impedir injustiças

pena de levar as pessoas de brio a não mais participar da política.

Iris reconheceu que o jornal *Folha de S. Paulo*, que havia publicado reportagem com as acusações no dia 6 do corrente, divulgou, no dia 7, declarações do procurador da República Celso Antonio Trés apontando equívocos do Ministério Público Federal, da Justiça Federal

e do próprio STF, que resultaram na citação das autoridades apenas por estarem à frente de instituições que fizeram transferências para o exterior. “E quem leu a primeira reportagem, mas não leu a segunda?”, perguntou o senador.

Iris Rezende lembrou seus 40 anos de vida pública e seus compromissos com a verdade e a justiça e disse não saber se o mundo político merece tudo o que lhe atribuem. “De minha parte, exijo tratamento diferenciado, por não haver um só ato meu usufruindo de verbas públicas em proveito próprio”, enfatizou.

Em apartes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ressaltaram a biografia digna de Iris Rezende e compartilharam de sua indignação em relação à facilidade com que se lançam dúvidas sobre o caráter dos políticos.

Parceria com ONG desautoriza controle oficial, diz Mozarildo

A formalização de parceria entre o Ministério da Justiça e a organização não-governamental Transparência Internacional foi avaliada ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) como uma desautorização do trabalho



Mozarildo aponta interferência internacional

das secretarias de controle interno do Executivo e um menosprezo às prerrogativas de fiscalização do Legislativo, que conta com o Tribunal de Contas da União (TCU) como órgão auxiliar de abrangência nacional.

O senador disse que a Transparência Internacional se dedica à apuração de denúncias de atos e práticas de corrupção em quase uma centena de países, mede o grau de honestidade de políticos e funcionários públicos e classificou o Brasil em 45º lugar na lista dos mais honestos, atribuindo-lhe nota 4,1 (a nota 10 é a máxima) e inscrevendo-o entre os que detêm os mais altos índices de corrupção.

A parceria com a ONG, na opinião de Mozarildo Cavalcanti, é uma das muitas interferências de grupos internacionais toleradas por um poder público que, “a qualquer menor pretexto”, estaria abdicando de “seus próprios, indivisíveis e indelegáveis deveres”, às custas do princípio fundamental da soberania.

Ainda conforme Mozarildo, o ministro José Carlos Dias concedeu à instituição autorização para acompanhar a atuação dos poderes e o controle dos recursos públicos, particularmente os processos de licitações públicas. Além de menosprezar todos os órgãos voltados ao controle e à fiscalização do uso de recursos públicos, o ministro da Justiça, segundo o senador, também teria desconsiderado que o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, em tramitação no Senado, disciplinará a gestão fiscal através de exigências de transparência, austeridade e responsabilidade.

Para Heloísa Helena, governo mente sobre Orçamento

A partir de dados do relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ontem que o governo federal mente em relação ao Orçamento da União. Segundo a senadora, o governo anuncia um orçamento de R\$ 1 trilhão para o ano 2000, mas, desse total, R\$ 836 bilhões estão destinados ao pagamento de juros e rolagem das dívidas interna e externa.

Diante desses números, Heloísa Helena criticou as medidas que afetam o funcionalismo, como a demissão de servidores estáveis, visando ao corte de gastos. “Quanto o governo gasta com servidores? O Orçamento demonstra que os servidores representam ape-

nas 16% da despesa global da União”, salientou.

O relatório do BID, disse Heloísa Helena, concluiu que o Brasil está mais pobre do que há 30 anos e que o fosso entre países ricos e pobres cresceu na mesma proporção. Ela destacou também que a globalização da economia provocou efeitos perversos no Brasil e em toda a América Latina e Caribe. “O governo federal se ajoelha covardemente diante de tudo”, afirmou.

Heloísa Helena lembrou que, neste



Heloísa Helena afirma que FMI manda na economia brasileira

mês, completam-se dez anos de privatização no Brasil e que, em recente reunião, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que nunca se investiu tanto em educação e saúde. Ela observou, no entanto, que, tendo como linha de pobreza o ganho de R\$ 149, o Brasil tem 78 milhões de pobres, o que representa mais de 50% da população, e o total de indigentes (os que ganham menos de meio salário mínimo) chega a 24 milhões.

Dados do gasto social federal entre

1992 e 1998 revelam, segundo a senadora, um decréscimo na participação percentual em várias áreas, com exceção da assistência social. Mas, observou, um levantamento do público-alvo beneficiado pelos recursos da assistência demonstra que apenas 10,5% do total de crianças almejado foram atendidos pelo programa de combate ao trabalho infantil e 2,6% foram atendidos pelo programa de renda mínima.

— Fica muito difícil agüentar a cantilena e ter paciência com o governo federal. Infelizmente, quem manda na economia brasileira, com a cumplicidade do Congresso Nacional, é o Fundo Monetário Internacional (FMI) — concluiu Heloísa Helena.

Lúcio Alcântara analisa relatório mundial sobre a pobreza

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) citou ontem relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado “Pobreza 2000”, que atribui a permanência da pobreza no mundo à má administração dos recursos públicos. Segundo o relatório, a pobreza no Brasil permanece do mesmo tamanho de 20 anos atrás em relação à população, devido à ineficiência das políticas sociais do governo e à perversa distribuição de renda.

Alcântara mencionou, ainda, estudo do Banco Mundial (Bird), feito em 60 países, inclusive o Brasil, segundo o qual pobreza é muito mais do que falta de dinheiro. Conforme o estudo, pobreza é não ter voz para influenciar decisões de governo e não ter representação em instituições políticas. O Bird anuncia que pretende dar, daqui para a frente, maior prioridade aos projetos apresentados pelas próprias comunidades, como a urbanização de favelas em São Paulo e Recife.

Alcântara observou que o governo brasileiro gasta bastante em programas sociais, mas esses recursos se perdem no caminho e não chegam ao pobre, ao miserável, que mais necessita deles. “As verbas acabam sendo apropriadas pela burocracia e pela classe média”, explicou.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse ser difícil ter paci-



Alcântara: verbas sociais são apropriadas pela burocracia e pela classe média

ência com a morosidade do governo no combate à pobreza quando se olha o Orçamento da União. São R\$ 35 bilhões para educação, saúde, assistência social, habitação, saneamento e todos os demais programas sociais, e R\$ 151

bilhões para pagamento do serviço das dívidas interna e externa, afirmou.

Alcântara respondeu que o Brasil não pode quebrar compromissos internacionais. “Isso não quer dizer que devemos nos acomodar, mas é imperioso reconhecer a hegemonia militar, econômica e política dos Estados Unidos, uma situação externa que nos é adversa. O Brasil decretou moratória dos pagamentos internacionais no governo Sarney, mas isso não contribuiu para melhorar a distribuição de renda”, concluiu.